

NÍVEIS DE DETALHAMENTO NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL
UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

Mário A. Perini
(UFMG)

1.

Imaginemos um programa de Geografia que se propusesse como objetivo levar alunos do 1º grau a um conhecimento total da topografia de determinada parte do globo; que partisse de uma região pequena, digamos um município, e fornecesse (e cobrasse!) uma descrição de todos os acidentes geográficos aí encontrados, depois passasse a outros municípios, ao estado etc. O objetivo final, a ser conseguido talvez na Universidade, seria um conhecimento cabal dos acidentes geográficos de todo o mundo: cada riacho, cada montanha, cada vila, cada prrntório.

Ou imaginemos um programa de Química baseado na mesma filosofia, que pretendesse capacitar os alunos a analisar totalmente certo número de substâncias, algumas delas complexas; no final do primeiro grau eles saberiam analisar no laboratório a água, a batata e a carne de porco. Aqui também se esperaria de um graduado que fosse capaz de analisar toda e qualquer substância que lhe fosse apresentada.

Absurdo? Mas essas exigências não são muito diferentes das que estamos prontos a aceitar para um programa de Gramática. Com efeito, existe a expectativa bastante generalizada de que a certa altura dos estudos os alunos sejam capazes de classificar com segurança todas, ou praticamente todas, as palavras da língua; e que sejam capazes de analisar qualquer frase em seus termos e funções sintáticas. Espera-se igualmente que um graduado em Letras seja capaz de fazer tudo isso, e mais alguma coisa, como poder julgar da "correção" de qualquer construção encontrada em redações de seus alunos. Acho que isso equivale, em termos de didática, a colocar no mesmo nível conhecer o Himalaia e conhecer o Morro do Pinto (MG).

A nossa disciplina tem também seus Himalaias, e é por aí que se deveria iniciar o estudo. Evidentemente, em determinado momento o estudante terá uma visão de amplitude da paisagem: principais cadeias de montanhas, grandes rios e suas bacias, etc. A visão detalhada poderá vir mais tarde, se necessário. Mas é importante começar pelo panorama geral, não só porque ele oferece um ponto de partida natural para o estudo, mas, sobretudo, porque é só ele que permite uma visão coerente da paisagem. Mantendo o paralelo geográfico, sabemos que há conexão entre as grandes cadeias de montanhas; mas a relação orográfica entre o Morro do Pinto (MG) e o pico do

Jaraguá (SP) é tão indireta e distante que é como se não existisse. Os porrenores ganham significação e se estruturam em função de sua inserção no panorama geral.

Essa possibilidade de considerar uma paisagem (seja geográfica, seja gramatical) de maneira ampla ou de maneira detalhada é o que chamarei de "grau de detalhamento". No que se segue vou fazer algumas considerações sobre a possibilidade de definir graus de detalhamento em análise gramatical e sobre a importância disso para o ensino.

2.

Tenho defendido a idéia de que o estudo da gramática não tem finalidades de aplicação prática imediata, em especial aplicações ao desenvolvimento das habilidades de leitura e redação. A utilidade de se estudar gramática estaria no campo da informação "cultural", aquela informação que não se admite que um indivíduo civilizado não detenha - como a de que Colombo descobriu a América em 1492, ou a de que correr é um verbo; ou no campo do desenvolvimento das habilidades de observação e de argumentação acerca da linguagem. Ora, em qualquer desses dois campos é dispensável (em termos de ensino) um conhecimento explícito completo da estrutura da língua. Por um lado, os detalhes da classificação das palavras (exemplo que vou utilizar durante todo este artigo) não estão entre as informações já assimiladas como necessárias pela nossa cultura. Por exemplo, pode ser importante saber que correr é um verbo, mas a questão de se eis é uma interjeição, um verbo ou uma preposição já não interessa a não ser aos especialistas. Já a argumentação gramatical pode ser feita com base em dados restritos, ou seja, utilizando uma visão em profundidade de um pequeno setor da gramática.

Portanto, se são essas as finalidades do ensino gramatical na escola de 1º e 2º graus, o que se faz necessário é, primeiro, fornecer uma visão geral da estrutura da língua (em grau de detalhamento amplo); e, depois, uma visão em alguma profundidade de uns poucos pontos, que serão aqueles que se utilizarão como base para a observação dos fatos da língua, para a formulação de hipóteses e sua testagem. Na verdade, seria difícil ir muito além desse programa à primeira vista pouco ambicioso, dado o estado atual do nosso conhecimento da estrutura do português.

Quero dizer que um estudo ao mesmo tempo amplo e detalhado da língua, embora seja sem dúvida um "desideratum" essencial da ciência da linguagem, é um objetivo ainda distante. Vou exemplificar essa situação com alguns pontos da análise do português, relacionados todos com a classificação das palavras (geralmente considerada a básica no estudo de gramática).

3.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira oferece um elenco de dez classes de palavras, que se supõe ser suficiente para cobrir todo o léxico do português, com algumas exceções não muito numerosas ("palavras denotativas", ou de "classificação à parte"). Isso deve ser interpretado como uma crença de que existem dez tipos básicos

de comportamento gramatical, bastante bem definidos, e que a imensa maioria das palavras apresenta claramente um desses tipos de comportamento gramatical. Os substantivos, por exemplo, teriam como características próprias a de poderem ser precedidos de artigo, a de poderem ser núcleo de um sintagma nominal, a de variarem em número, etc. Quaisquer diferenças gramaticais entre os diversos substantivos serão automaticamente excluídas da classificação.

Essa concepção tem seus pontos positivos, conforme veremos, mas as falhas são de tal ordem que a posição tradicional se torna insustentável. O primeiro problema se refere à qualidade mesma das definições das classes. Não vou considerar esse ponto aqui, pois ele tem sido bastante discutido na literatura recente (ver, por exemplo, Haug, 1983; Perini, 1985). Basta notar que as classes tradicionais pecam pelo uso de critérios semânticos mal definidos, por pressuporem uma relação entre sintaxe e semântica muito mais simples do que a que se observa na realidade, por certo apriorista das definições e por inconsistência generalizada.

Aqui nos interessará um segundo tipo de defeito da classificação tradicional, defeito esse aliás que ela tem em comum com a maioria das análises linguísticas. Trata-se de não se reconhecer que a classificação dada só vale em determinado grau de detalhamento; isto é, existe um grande número de palavras que não se encaixam propriamente em nenhuma das classes; ou, pior ainda, que se encaixam em diversas classes, ou então que se encaixam em alguma classe mas partilham traços importantes com outra classe qualquer. Em outras palavras, a classificação tradicional, ou qualquer classificação em poucas categorias, só pode ser concebida como prototípica, nunca como discreta e exaustiva.

Para esclarecer melhor o que quero dizer, vou recorrer a um exemplo que já se vai tornando clássico, o da definição da classe dos adjetivos. Tomemos quatro itens, a saber, bono, gordo, trabalhador e episcopal. Os três primeiros são classificados pelo Aurélio como adjetivos ou substantivos¹; episcopal é apenas adjetivo. Segundo essa classificação, pois, essas quatro palavras se dividem em dois grupos, definidos em termos dos traços "ser adjetivo" e "ser substantivo". Esses traços, por sua vez, necessitam de definições sintáticas; "ser substantivo", por exemplo, não passa de uma abreviatura de "poder ser precedido de artigo" + "poder variar em número" etc. (excluo os eventuais traços semânticos; ver as razões em Perini, 1985:21-27). Portanto, vamos definir alguns traços sintáticos, que descrevem as possibilidades que esses itens têm de integrar um SN, e que são provavelmente importantes dentro da gramática; e examinaremos um pouco mais de perto o comportamento sintático dessas quatro palavras.

Os quatro traços são²:

- (1) Possibilidade de ocorrência após Artigo + N, formando um SN.
- (2) Possibilidade de ocorrência entre Artigo e N, formando um SN.
- (3) Possibilidade de ocorrência após Artigo, formando um SN.
- (4) Possibilidade de formar, sozinho, um SN.

As quatro frases abaixo ilustram a realização positiva de cada um desses traços, para o item gordo, que é marcado positivamente para todos os quatro:

- (1) um homem gordo se procurou de manhã
- (2) um gordo cavalheiro impedia a entrada
- (3) o gordo se telefonou
- (4) gordo incoroda, principalmente no elevador

Voltando aos nossos quatro exemplos, vejamos como se comportam em relação aos quatro traços; o Quadro 1 apresenta os resultados.

(traço)	<u>bon</u>	<u>gordo</u>	<u>trabalhador</u>	<u>episcopal</u>
(1)	+	+	+	+
(2)	+	+	-	-
(3)	+	+	+	-
(4)	-	+	+	-

Quadro 1

A primeira coisa que o quadro revela é que não temos aqui dois grupos de palavras, como dá a entender a classificação tradicional, mas quatro; ou seja, as palavras são todas diferentes entre elas. Se gordo parece ser, além de adjetivo, também substantivo, isto é, se tem os traços de ambas as classes, já bon difere dos substantivos em geral por não poder constituir, sozinho, um SN, embora possa se for precedido de artigo. Evidentemente, a terminologia tradicional não basta para captar essas diferenças.

Essa situação é, aliás, típica: constantemente tenho encontrado diferenças bastante idiossincráticas entre palavras que, à primeira vista, tenderia a classificar como idênticas por seu comportamento gramatical. Por exemplo, embora gordo seja marcado [+4], ou seja, pode formar sozinho um SN, outras palavras aparentemente idênticas do ponto de vista gramatical são marcadas [-4]. Magro pode ocorrer nesse ambiente, talvez com menos liberdade do que gordo; mas alto e obeso são claramente marcados [-4]. Observe-se, aliás, que esses exemplos mostram que o que está funcionando aqui não são restrições semanticamente motivadas.

A meu ver, o traço [4] é importante na gramática, pois define uma das possibilidades de estruturação do sintagma nominal; no entanto, se fomos classificar as palavras com base nesse traço, chegaríamos a resultados incompatíveis com qualquer ideia tradicional a respeito. Teremos de separar gordo e trabalhador para um lado, e bon, alto e obeso para o outro, cindindo a classe tradicional dos adjetivos; e, ainda, teremos de cindir igualmente a classe dos substantivos, segundo o mesmo critério, marcando como [+4] homem, Carlinhos e linguista, mas como [-4] Cairo e Leblon, que não podem aparecer sozinhos no SN. Esse tipo de fenômeno se repete onde quer que se procure uma categorização das formas do ponto de vista de seu comportamento gramatical, levantando inevitavelmente a questão: Será que faz sentido continuar falando de "classes de palavras" à maneira tradicional?

Aqui estamos, na verdade, perdendo de vista o panorama geral e nos entranhando na complicação dos detalhes, basicamente por causa de falta de definição

do grau de detalhamento. O problema se coloca nos seguintes termos: será possível descrever as grandes linhas da classificação? Será possível, posteriormente, recolocar todos esses pormenores em um contexto mais amplo, de modo que cubram significado e função desse contexto mais amplo? Estamos aqui procurando uma maneira de integrar os torros e picos que enchem o horizonte em sistemas orográficos maiores, em cadeias e rações. Isso só se poderá fazer, claro, à custa de deixar na sombra (nesse primeiro momento) uma multidão de detalhes.

Voltemos ao quadro 1: vamos dar um crédito à intuição tradicional de que essas quatro palavras são membros de uma classe comum, a dos adjetivos. Qual ou quais dos traços utilizados nos poderiam ajudar a definir essa classe, e de que maneira? Certamente não o traço [4], pois como vimos ele já começa separando bon e episcopal de gordo e trabalhador, o que contraria a classificação tradicional. O resto se pode dizer dos traços [2] e [3], por razões análogas. Já o traço [1], "possibilidade de ocorrência após Artigo + N, formando um SN", oferece um ponto de partida aceitável. Digamos que vamos iniciar o estudo definindo como "adjetivo" toda palavra que seja marcada [+1].

A vantagem imediata é a simplicidade que essa solução introduz na descrição: uma palavra ou bem é [+1], e nesse caso é adjetivo, ou então é [-1], e não é adjetivo. Essa simplicidade é comprada à custa de desvantagens de dois tipos: primeiro, a noção de adjetivo fica um tanto empobrecida: a definição é pouco informativa, pois só nos diz dos adjetivos que podem ocorrer no SN após um artigo mais um substantivo. A segunda desvantagem é que o recorte tradicional, ainda aqui, não pode ser integralmente mantido. Existem palavras, embora muito poucas, que terão de ser marcadas [-1], e que não obstante são registradas como "adjetivos" nos dicionários tradicionais; o exemplo que me ocorre é mero. Esse problema não é muito grave, pedagogicamente falando, dado o pequeníssimo número de tais exceções. Mais importante é o fenômeno inverso: palavras marcadas [+1] que não se consideram tradicionalmente adjetivos. Refiro-me a itens como racaco, que ocorre em certas construções como homem racaco, e que não obstante se considera, mesmo aí, um substantivo. Seguindo nosso critério (provisório, é verdade) teríamos que classificar racaco como adjetivo, o que criaria problemas, pois é difícil deixar de classificá-lo também como substantivo, dado seu comportamento gramatical em outros ambientes.

A saída mais óbvia para esse dilema seria procurar uma definição mais complexa de "adjetivo", uma que, espera-se, acabe excluindo racaco, colocando-o no seu galho apropriado, junto com os substantivos. No entanto, como se viu brevemente acima, há pouca esperança de que esse tipo de solução possa fornecer uma legitimação conveniente para a classificação tradicional, ou para qualquer classificação elaborada segundo os moldes clássicos, em que uma palavra pertence a uma classe, sem arbitrariedades, e o elenco das classes cobre todas as palavras. Acho inevitável introduzir uma concepção nova da própria significação das classes, dentro da descrição da língua e do ensino gramatical. Deveremos partir, parece-me, para uma concepção prototípica das classes, e conseqüentemente para uma definição de graus de detalhamento a cada

torrento da análise.

4.

Trata-se de uma subversão da maneira de entender a categorização das formas em gramática. Ao invés de adotarmos a concepção tradicional (que SMITH & Medin, 1981, denominam "clássica"), passamos a interpretar os rótulos das classes, como "substantivo", "verbo" etc., como abreviaturas convenientes para matrizes típicas de traços. Segundo esse ponto de vista, nenhuma obrigação inicial força qualquer item a se identificar em seu comportamento gramatical com nenhum outro; ou seja, em princípio poderia até acontecer que todos os itens fossem diferentes uns dos outros. Sabemos, evidentemente, que as coisas não são tão rás assim. Portanto, passamos a procurar as grandes linhas de coincidências de traços que cortam a massa do léxico. Encontraremos (espera-se) certas matrizes de traços que agrupam grande número de itens, e outras que agrupam um número pequeno de itens gramaticalmente importantes por alguma razão -- como por terem um comportamento muito particular, caso dos artigos, dos verbos auxiliares etc. Poderemos estabelecer, com base nessa observação, protótipos, ou seja, matrizes típicas de traços; e a esses protótipos atribuiremos designações como "substantivo", "adjetivo" etc.³

Esse tipo de análise resultará em que a maioria dos itens se enquadrará, mais ou menos exatamente, em algum protótipo; mas será possível dizer de determinados itens que são "mais típicos" do que outros. Por exemplo, diremos que bon é um adjetivo mais típico do que episcopal, porque seus traços se identificam mais de perto com a matriz prototípica que estabelecemos para os adjetivos. Observe-se que essa gradação de "adjetividade" não tem nada de vaga, já que pode ser expressa com toda exatidão em termos de traços: bon é $[-1, +2, +3, -4]$, e episcopal é $[+1, -2, -3, -4]$. O que acontece é que os traços de bon são comuns a um grande número de palavras, de modo que resolvermos escolhê-los para integrar a definição (prototípica) de "adjetivo".

Outra consequência da classificação por protótipos é que fica aberta, em princípio, a possibilidade de que certos itens não se encaixem naturalmente em nenhuma classe; podem ficar equidistantes de duas classes, ou então ter uma composição de traços inteiramente própria. Até que ponto tais casos são numerosos é uma questão interessante, a ser considerada pela investigação futura.

É claro que essa nova concepção de classe introduz uma complicação muito grande na descrição gramatical; mas gostaria de lembrar que a complicação está, antes de tudo, na língua, e não na análise. Uma análise mais simples pode ser psicologicamente mais satisfatória, mas falha por não dar conta dos dados. No restante deste trabalho, vou expor uma maneira de adequar os graus de detalhamento de modo a definir estágios no estudo da gramática, começando por estágios bem simples até uma visão relativamente detalhada e complexa do fenômeno.

5.

Digamos que se estabeleça, num primeiro momento, uma descrição, necessariamente em linhas gerais, baseada apenas em protótipos. Isso significa que abandonamos muitos detalhes, em benefício do que poderíamos chamar as linhas mestras da classificação das palavras (para continuar atendo-me ao exemplo aqui escolhido, o da classificação). Nesse caso nós estaremos colocando em um grau de detalhamento muito amplo, vendo a estrutura da língua bem "por alto". Daí se podem tirar algumas observações relevantes para o planejamento de cursos de gramática em níveis relativamente elementares.

Conhecemos pelas desvantagens -- que, como veremos, são mais aparentes do que reais. A principal delas é que uma tal análise só oferece uma cobertura parcial dos fenômenos da língua. Repetidamente teremos de deixar de lado certos dados observados, por não se enquadrarem no tipo de análise que estamos elaborando ou ensinando no momento. No caso da classificação, isso significa que não nos será possível dar aos alunos uma decisão sobre a que classe pertence determinada palavra; e, mesmo, que certas palavras serão de classificação misteriosa para o próprio professor ou para o próprio linguista. Ora, se nos lembrarmos das analogias mencionadas no início deste artigo, com o caso da Geografia e da Química, veremos que essa é uma situação inevitável. A única maneira de fugir a ela seria abandonar qualquer pretensão de precisão e coerência no nosso sistema de classificação (esta é a solução atualmente encontrada nas escolas). Seria como se o professor, ao se defrontar com uma substância química que não sabe analisar, torcesse o sistema, fornecendo uma análise ad hoc, cuja única vantagem seria tirá-lo do aperto do momento. Não há ciência que dê conta de todos os aspectos dos fenômenos que estuda; e, acima de tudo, não há didática que permita a uma pessoa ter uma visão completa de qualquer aspecto de uma ciência, somente nos estágios iniciais da instrução.

A segunda desvantagem da solução proposta é que a análise deverá, nesse grau de detalhamento, ser relativamente pouco informativa. É o que acontecerá se definirmos a classe (prototípica) dos adjetivos com base em dois ou três: uma parte importante do comportamento de muitos adjetivos ficará sem expressão. Novamente, trata-se de uma situação incontornável, e encontra analogias em outras disciplinas. Decorre da decisão que tomamos de partir de uma visão ampla e geral da estrutura da língua. Veremos a seguir que essas desvantagens são compensadas, de sobra, pelas vantagens que a solução apresenta para o planejamento dos cursos.

A primeira vantagem é a possibilidade de simplificar a descrição segundo algum critério. Não seremos obrigados a deixar de lado certas partes aleatoriamente, nem a selecionar uma parte da gramática (digamos, os substantivos apenas), embarcando na tentativa quixotesca de dar uma visão completa dessa parte. Estaremos partindo de uma visão geral da língua em suas grandes linhas, visão capaz de dar cobertura a uma parte significativa dos dados.

Depois, essa visão terá alguma coerência, e fornecerá uma base para a inclusão organizada de detalhes. Assim, digamos que no primeiro estágio introduzimos

os protótipos das classes dos adjetivos e dos advérbios. Com isso poderos caracterizar bastante ben itens como bon (um adjetivo típico) e ben (um advérbio típico)⁴. Nesse estágio, não será possível classificar muito claramente a palavra alto, que tem os traços de bon, mas também tem pelo menos um traço de ben, como se pode ver pelos exemplos abaixo:

- (5) a. Tião tem voz boa
- b. Tião tem voz alta
- c. * Tião tem voz ben

- (6) a. * Tião foi ben elogiado por Tininha
- b. * Tião foi alto elogiado por Tininha
- c. Tião foi ben elogiado por Tininha

- (7) a. * Tião fala bon
- b. Tião fala alto
- c. Tião fala ben

Nos exemplos acima se vê que bon e alto têm comportamento semelhante em (5) e (6), assim como em vários outros ambientes. Mas em (7) alto se comporta diferentemente de bon, sendo antes semelhante a ben.

No entanto, num segundo momento tereros uma base para inserir palavras como alto em uma estrutura pré-existente. Dado que nossos alunos conhecem os protótipos representados por ben e por bon, será possível classificar alto como referência a esses protótipos, com a maior precisão. Alto poderá ser ainda chamado "adjetivo", mas menos típico do que bon, porque inclui, ao lado da matriz comum aos adjetivos mais típicos, pelo menos um dos traços que caracterizam a classe dos advérbios. É nesse sentido que poderos dizer que os detalhes, como o comportamento "semi-advérbial" de alto, ganham significação e se estruturam em função de uma visão mais geral, definida em um grau de detalhamento mais amplo.

6.

Enfim, como planejar o desenvolvimento progressivo do estudo da gramática? Será preciso, em primeiro lugar, dispor de uma descrição da língua em um grau de detalhamento bem amplo. De posse dessa descrição, será possível planejar o desenvolvimento dos cursos partindo de uma visão geral da estrutura da língua, passando depois ao estudo eventual dos pormenores. A partir dessa análise ampla, selecionam-se alguns pontos de interesse e aprofunda-se seu estudo sem perder a perspectiva do conjunto estruturado-- essa perspectiva, aliás, que tanto nos faz falta atualmente.

Assim tereros uma base para delinear a progressão do estudo através das diferentes séries, evitando a situação presente em que os alunos começam estudando as classes de palavras na 3ª série, e se surpreendem no 3º científico ainda estu-

dando as classes de palavras, basicamente sob a mesma perspectiva, basicamente no mesmo nível de profundidade, basicamente com os mesmos resultados. A progressão poderá ser definida em termos de objetivos sequenciados, algo como:

- (a) obter um panorama geral da classificação das palavras em grau de detalhamento bem amplo;
- (b) selecionar certos trechos que serão estudados em maior detalhe;
- (c) integrar os detalhes vistos no panorama geral.

Desse modo, talvez se consiga uma verdadeira progressão didática no estudo da gramática. E esse é um dos (muitos) fatores que falta atender para dar à nossa disciplina o sentido pedagógico e o poder educacional de que ela é capaz.

NOTAS

1. Não fica bem claro se se trata de duas classificações para a mesma palavra ou de palavra homófonas, mas distintas. Aqui vou admitir que bom, gordo etc. correspondem a um item léxico cada um, e que é a classificação que é múltipla. No entanto, essa questão não me parece trivial, e terá de ser considerada com mais cuidado eventualmente.
2. Aqui estou pressupondo conceituações prévias de "artigo", "N" (=substantivo) e "SN".
3. Essa proposta não é novidade em linguística. Os trabalhos de Ross, 1972, e de McCawley, 1982, parecem apontar na direção de uma classificação prototípica. O que falta é levar a proposta a suas consequências extremas na análise.
4. Uso aqui, para efeito da exposição, o termo "advérbio" para designar, informalmente, um grupo de palavras de comportamento gramatical parecido com o de bem. Não me refiro à classe tradicional dos "advérbios", que é inconsistente demais para ser de utilidade na nossa discussão.

BIBLIOGRAFIA

- HAUY, Amini B. Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa. São Paulo, Ática, 1983.
- MCCAWLEY, James D. "The Non-Existence of Syntactic Categories", in McCawley, J., Thirty Million Theories of Grammar. Chicago, University of Chicago Press, 1982.
- PERINI, Mário A. Para uma nova gramática do português. São Paulo, Ática, 1985.

ROSS, John R. "The Category Squish: Endstation Hauptwort", Papers from the 8th Regional Meeting, Chicago Linguistic Society, 1972.

SMITH, Edward E. & Douglas L. Medin Categories and Concepts. Carbridge, Mass., Harvard University Press, 1981.